



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

APARECIDA SUELAINÉ CARNEIRO

MULHERES E EDUCAÇÃO: GÊNERO, RAÇA E IDENTIDADES

Sorocaba

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

APARECIDA SUELAINÉ CARNEIRO

MULHERES E EDUCAÇÃO: GÊNERO, RAÇA E IDENTIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Viviane Melo de Mendonça

Sorocaba

2015

Carneiro, Aparecida Suelaine.

C289m Mulheres e educação: gênero, raça e identidades. / Aparecida Suelaine Carneiro. -- 2015.

183 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, Sorocaba, 2015

Orientador: Viviane Melo de Mendonça

Banca examinadora: Waldemar Marques, Kelen Christina Leite

Bibliografia

1. Mulheres - Educação. 2. Identidade de gênero na educação. 3. Mulheres - condições sociais. I. Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 371.822

A noite não adormece nos olhos das mulheres
Conceição Evaristo – *Em memória de Beatriz Nascimento*

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.

Dedico este trabalho às professoras da minha família

Solange, Priscila e Rosana –

mulheres que formam outras mulheres.

CAPÍTULO 1

O FEMINISMO NO BRASIL: LUTAS E CONQUISTAS

O feminismo é um movimento social¹ organizado que instituiu as mulheres como sujeito político, visando um processo de transformação social e de rompimento com a fixidez de uma identidade que foi imposta às mulheres (ÁVILA, 2000). Para tanto, diversos caminhos e estratégias foram desenvolvidas pelas mulheres ao longo da história humana por dignidade, respeito e igualdade, como consequência de sua inconformidade com o lugar que lhe foi destinado a ocupar na sociedade. Concordando com Brah (2006),

O objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil. (BRAH, 2006, p.342)

Feminismo pode ser compreendido como um movimento que busca enfrentar as opressões e desigualdades sofridas pelas mulheres, bem como o reconhecimento do seu direito ao pleno exercício da cidadania, compreendida como direito ao trabalho, à educação, à moradia, aos direitos sexuais e reprodutivos, sendo que

o feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘masculinas’ e ‘femininas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (ALVES e PITANGUY, 1985, p.9)

Para hooks² (2000, p.1), o feminismo é um movimento pela eliminação da opressão sexista

posto de maneira simples, feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração e a opressão sexista. [...] Praticamente, é uma definição que indica que toda ação e pensamento sexista são o problema, seja quem for que perpetue isto, mulher ou homem, criança ou adulta⁷

¹ Gohn (2011), compreende movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas, que na ação concreta, adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. A autora destaca também que na atualidade, há crescente utilização dos novos meios de comunicação e informação, como a internet, e a atuação por meio de redes sociais locais, regionais, nacionais, internacionais ou transnacionais.

² Tradução livre do capítulo 1 do livro *Feminism is for Everybody*, - Políticas Feministas: de onde partimos. Disponível site Confabulando - <http://confabulando.org/kk2011/index.php/Main/PolíticasFeministas-BellHooks>. Acesso 19.12.2013

O feminismo configura uma ação política e coletiva de mulheres em busca de transformações sociais, decorrente de um critério de sexo posto na sociedade, que demarcou a menor valia das mulheres e traçou ao longo dos séculos, um caminho de menor titularidade para elas (PITANGUY e BARSTED, 2011).

A condição de subalternidade das mulheres em relação aos homens foi construída historicamente, com base em estereótipos, que justificaram as desigualdades entre homens e mulheres em diversos espaços da vida social, sendo relegada ao masculino a ideia de domínio e ao feminino a subalternidade, uma percepção social de sua incapacidade e inadequação para o exercício de determinadas funções (PITANGUY, 2011).

Alves e Pitanguy (1985) recuperam a *herança do silêncio* das mulheres e a construção de sua imagem social. As autoras retornam à Grécia antiga, onde mulheres eram somente reprodutoras e executoras de trabalhos manuais; na sociedade romana eram despossuídas de qualquer direito, cabendo aos homens todo o poder sobre a mulher, filhos, servos e escravos; na Idade Média, muitas mulheres foram caçadas como bruxas, situação que se exacerbou no século XVI, início do Renascimento, período onde ocorreu um verdadeiro genocídio perpetrado contra o sexo feminino na Europa e nas Américas. Apesar das autoras ressaltarem que a sujeição das mulheres não possui um destino irrevogável, a-histórico e universal, pois um mesmo período comporta também algumas experiências de relações igualitárias entre os sexos, de maneira geral, a história revela que ocorreu uma construção de desprestígio social e profissional da mulher, assim como o seu confinamento ao espaço doméstico e o afastamento da esfera pública.

Concordando que um mesmo período histórico comporta diferentes histórias das mulheres, destacamos outro evento ocorrido no século XVI, que foi o início do comércio transatlântico de africanos/as, que foram transportados para as Américas e escravizados. Às mulheres desse grupo não foi dado o *status* de humano; eram consideradas mercadorias, utilizadas como mão de obra para diversas atividades econômicas, situação que perdurou até o século XIX. O silenciamento sobre as lutas das mulheres negras a partir do período escravagista persiste na história do feminismo, que segundo Carneiro (2003) está demarcado como de origem branca e ocidental.

No século XVII, persiste a intolerância à ideia de igualdade de direitos para as mulheres. O século XVIII será marcado pela presença das massas na esfera política, pelas revoluções (Americana e Francesa), da emergência da ideologia liberal e os princípios de

liberdade e igualdade, e tem na propriedade privada sua base material. Contudo a nova era mantém as marcas das desigualdades e da subordinação das mulheres, já que na América

Ficavam excluídos da ideia de igualdade, de forma irreversível – porque em nome do sexo e da raça, fatores biológicos insuperáveis – as mulheres, os negros e os índios. A este contingente discriminado, adicionava-se também o homem branco de baixa renda, cuja exclusão não era no entanto irremediável já que, teoricamente, poderia ascender financeiramente e ter direito ao voto. Na França, neste mesmo século marcado por revoluções, a mulher, que participara ativamente ao lado do homem do processo revolucionário, não vê também as conquistas políticas estenderem-se ao seu sexo. (ALVES e PINTANGUY, 1985, p.32)

Ávila (2000) destaca que somente nos séculos XIX e XX as mulheres conquistaram o direito à educação e ao voto, sendo que a partir dos anos de 1960 há a incorporação de outras concepções e reivindicações de igualdade de direitos, para além dos direitos políticos, trabalhistas e civis. É na efervescência dos protestos e contestações dos anos de 1960 “[...]que o movimento feminista contemporâneo ressurge, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas.” (LOURO, 2003, pág. 16)

Feministas aumentaram os questionamentos à forma como as relações sociais estavam estruturadas, isto é, como as discriminações determinam a estrutura das relações a partir da naturalização hierárquica entre os sexos; à crença na inferioridade da mulher concebida a partir de fatores biológicos; o seu confinamento ao espaço familiar por ser constitutivo do seu papel de reprodutora, exigindo a igualdade em todos os níveis (ALVES e PITANGUY, 1985).

É principalmente a partir dos anos de 1970 que muitas(os) acadêmicas militantes feministas, principalmente historiadoras(es), passam a investigar a presença das mulheres na história, seu cotidiano, seus trabalhos e condições de vida, fatos ausentes dos relatos da vida em sociedade. É desta forma que as mulheres “[...] foram, então, resgatadas dos porões e sótãos da antiga forma de narrar a história, tornando-se, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos de novas narrativas históricas.” (CARDOSO, 2012, p.74). A produção teórica sobre a vida e a presença das mulheres na história representou a incorporação do tema em diferentes áreas de produção do conhecimento científico, permitindo a inauguração de um campo feminista do conhecimento, que Louro (2003) define como *estudos da mulher* ou Estudos Feministas.

Segundo Piscitelli (2001), foram diversas as correntes do pensamento feminista³, que buscaram explicar as causas originais da subordinação das mulheres, mas compartilharam da compreensão política de que ela é universal, já que as mulheres ocuparam lugares subordinados em relação aos mundos masculinos em todas as partes e períodos históricos conhecidos.

Contudo, atrelada à consciência da dominação masculina, há a incorporação da compreensão da dominação e da exploração de mulheres por outras mulheres, tensionando a aparente unidade em torno de um sujeito político único ‘mulheres’, que não considerava as diferenças entre elas resultantes da classe e da raça (MALUF, 2007), que implicavam em hierarquizações e diferenças entre as mulheres.

Portanto, a partir de 1980, o movimento feminista deixa de lado a centralidade no fortalecimento da identidade mulher para pensar suas diferenças e suas diversas identidades, de forma a explicar as relações de poder existentes na sociedade (RAGO, 1998). É a partir desse princípio que o conceito de gênero emerge para a compreensão da construção dos lugares e das relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade.

O feminismo contestou uma sociedade inteiramente construída pelos homens e para uma parcela dos homens, e buscou desestruturar uma ordem social hierarquizada a partir das diferenças de gênero, que originaram e justificaram desigualdades (ÁVILA, 2000). Seu percurso demonstra uma atuação voltada para a desconstrução de um imaginário de mulher, contra uma concepção clássica de igualdade universal. O pensamento feminista deve ser compreendido como expressão de ideias que resultam da interação entre ações do movimento feminista e da reflexão feminista acadêmica (PISCITELLI, 2001), não se constituindo em um pensamento unificado.

Deve-se compreender o feminismo como um conjunto de ações e teorias desenvolvidas por mulheres (e homens feministas) para a realização de uma epistemologia feminista. Para Rago (1998, p.2), é possível pensarmos em uma epistemologia feminista pois o “[...] feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de

³ Dentre as diversas correntes, a autora destaca as vertentes do feminismo socialista, na qual a opressão das mulheres teria sua base na estrutura de classes ou na associação capitalismo/patriarcado; o feminismo radical que postula a opressão feminina à função reprodutiva das mulheres e as teorias psicanalíticas.

produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera.”

Louro (2003) também enfatiza a existência de uma epistemologia feminista,

“[...] as problematizações levantadas pelo feminismo fizeram mais do que exigir um acréscimo das mulheres aos estudos, uma descoberta de suas histórias e de suas vozes. Essas problematizações desafiaram a própria forma de fazer ciência até então hegemônica. No entendimento de muitas/os, as questões postas pelas feministas não teriam mostrado, apenas, insuficiências ou incompletudes nos paradigmas teórico-metodológicos, essas questões teriam abalado radicalmente os paradigmas.” (LOURO, 2003, p.144)

Sua diversidade de posições e opiniões desdobrou na construção de novas teorias, que se complementaram ou divergiram, mas que favoreceram a construção de posicionamentos críticos, a valorização de fontes documentais antes desprezadas (pois do âmbito do pessoal) que revigoraram metodologias e procedimentos de investigação, contribuindo assim com a criação de novas estratégias de pesquisas e de atuações políticas para a transformação da sociedade.

1.1 - Movimento de Mulheres e Movimento Feminista - o feminismo brasileiro

O movimento feminista brasileiro possui algumas particularidades, sendo sua trajetória diversa em razão de nosso contexto histórico. Pinto (2009) demarca a primeira onda do feminismo no Brasil a partir de 1910, como voltado à luta pelo voto, que foi conquistado em 1932⁴, e ligado aos interesses de mulheres brancas de classe média. A autora também destaca o movimento das operárias de ideologia anarquista e o manifesto de 1917 sobre as condições das mulheres nas fábricas. Mas ressalta que “este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e sua atuação só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960.” (PINTO, 2009, p.16)

Os anos de 1960 representam um momento mundial de contestações sociais e políticas, contudo o Brasil vivencia outra particularidade, que impacta na ação do movimento feminista. Pitanguy (2011) destaca que os 21 anos em que o Brasil viveu sob o domínio da ditadura militar – 1964/1985 – foi um período que impediu e reprimiu ações por direitos, mas no qual o movimento feminista já se afirmava como um novo ator político. Nos anos de 1970

⁴ Cabe destacar que, dentre as ações de feministas brasileiras pelo direito ao voto, no ano de 1910 foi fundado o Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro, integrando diversas ações e estratégias que buscaram visibilizar a cidadania incompleta das mulheres. (PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, 2002)

o movimento feminista atuava pelo restabelecimento da democracia e a ampliação da agenda democrática, de forma a incluir a cidadania plena das mulheres.

A agenda política do feminismo durante a ditadura militar propunha, simultaneamente, o restabelecimento das instituições democráticas e a ampliação da agenda democrática, de forma a incluir a cidadania plena das mulheres como um pilar dessa nova agenda. Atuava, no entanto em um contexto caracterizado por um divórcio entre Estado e sociedade civil, que detinha o monopólio do discurso dos direitos humanos, o que limitava significativamente sua ação de *advocacy*. A restauração da democracia no Brasil implicou a reconstrução de pontes entre Estado e sociedade civil e na ampliação de sua agenda e estratégias. (PITANGUY, 2011, p.35)

Pitanguy afirma ainda que nos anos de 1980, fase de transição democrática, as reivindicações do movimento feminista integraram-se ao resgate formal das liberdades civis e políticas, além de reivindicações de igualdade constitucional entre homens e mulheres. Nos anos 1990, atuava pela regulamentação e promoção de direitos humanos e garantias individuais e sociais, momento que também está marcado pela participação do movimento feminista nas conferências internacionais das Nações Unidas, que se mobilizou e articulou para que fossem inscritos nos documentos das conferências diretrizes para a efetivação de políticas públicas de enfrentamento às profundas desigualdades de gênero, sociais, regionais e étnico-raciais.

Os anos 1960-70 estão marcados, no Brasil, por reivindicações por democracia e igualdade, emergiu uma nova concepção de cidadania, havendo o rompimento com uma tradicional representação política, que teve na presença feminina a grande novidade em termos de manifestações reivindicatórias (SPOSITO, 1993). Este cenário foi propício para o encontro do movimento de mulheres com o movimento feminista.

A distinção entre movimento de mulheres (considerado como movimento popular) e movimento feminista (considerado como movimento libertário) deve ser compreendida menos na forma de uma dicotomia, mas sim dentro da trajetória do movimento feminista brasileiro. Eles revelam as muitas faces do feminismo, como decorrência de momentos históricos e expressam as estratégias e lutas diferenciadas do movimento feminista.

O movimento de mulheres inscreve-se na história das lutas feministas com suas reivindicações e demandas que remontam às questões da vida cotidiana, por dignidade e plena cidadania. Segundo Pinto (2009, p.17), os movimentos populares de mulheres “[...] estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente

influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica.” Suas reivindicações estavam dirigidas ao poder público para que realizassem mudanças em suas condições de vida.

O encontro movimento feminista e movimento de mulheres ocorre no processo de capilarização do movimento feminista para outros espaços (sindicatos, associações de bairro, entidades, igrejas), onde se encontram e realizam a interface de suas reivindicações. Segundo Gonzalez (1984), a expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos de 1970

“[...] propiciou a mobilização e a participação de amplos setores da população brasileira, no sentido da reivindicação de seus direitos e de uma intervenção política mais direta. No caso da população negra, vamos encontrá-la sobretudo no Movimento Negro e no Movimento de Associação de Moradores nas favelas e bairros periféricos (ressaltando-se aí, o papel e a importância do Movimento de Favelas).” (GONZALEZ, 1984, p.7)

Os novos movimentos sociais realizaram um alargamento do espaço da política, confrontaram a política tradicional instituída, politizaram questões do cotidiano e ‘inventaram’ novas formas de política, que tiveram que se enfrentar com a ‘velha política’ dominante no sistema estatal (SADER, 1988).

Nesse embate, os novos movimentos sociais redefiniram e ampliaram a noção de cidadania com suas demandas ao Estado e sua presença nos espaços públicos, e uma parcela destes foram nominados como movimento de mulheres, pois estavam em busca de soluções para os problemas da vida cotidiana e privada, como as necessidades dos bairros na área da educação, saneamento, moradia entre outros. Neste sentido, o movimento de mulheres e o movimento feminista se aproximam através do processo participativo, um mecanismo para o rompimento com a condição de subordinação e invisibilidade.

Mais do que mecanismos capazes de transformar as instituições políticas, os movimentos criaram modos diversos de realizar a prática política, valorizando as decisões democráticas, a participação das bases, enfim, um conjunto de novas regras que vieram a constituir uma nova cultura política na sociedade brasileira. (...) À proporção que a prática política deixa de ser privilégio dos setores dominantes da sociedade e passa a ser uma modalidade de ação dos homens comuns, principalmente das mulheres, os limites entre o “político” e o “não político”, a vida privada e a vida pública tendem a ser redefinidos. (SPOSITO, 1993, p.326)

Soares (1998, p.39) apresenta uma distinção entre movimento de mulheres e movimento feminista, considerando o movimento de mulheres mais amplo, sendo o feminismo uma face do movimento de mulheres, e as mulheres das periferias, dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais e de sindicatos uma outra face. Para a autora cada

movimento tem dinâmicas próprias que “[...] se tocam, se entrelaçam, entram em contradição [...]”, fazendo a opção pela utilização da expressão movimento de mulheres, como forma de reconhecimento da pluralidade de processos e diferentes significados e alcance das ações.

Considero que a expressão *movimento de mulheres* incorpora a diversidade de agendas presentes no movimento feminista, implicando em ações diversas, pautas específicas e estratégias diferenciadas. O movimento feminista ao questionar as relações de poder exige mudanças nas estruturas que conformam a sociedade; o movimento de mulheres reivindica do Estado melhores condições para sua vida em sociedade.

É possível falar que entre o movimento de mulheres e o movimento feminista existem imbricações, trocas de informações, experiências comuns que se manifestam de maneiras diversas, mas que estão presentes nas duas expressões. Sposito (1993) considera que a experiência da participação política das mulheres nos movimentos populares permitiu um redimensionamento da vida privada, ao mesmo tempo em que marcou sua presença com suas representações, práticas e cultura os espaços públicos de ação coletiva.

Neste sentido, uma diversidade de mulheres se encontra e atua, a partir dos anos 1970, na luta contra a ditadura e por direitos, a partir de campo de ação e pautas específicas, mas que incorporaram propostas e demandas oriundas dos grupos feministas, principalmente as que expressavam as dificuldades e desvantagens no mercado de trabalho, educação, violência doméstica e sexual.

Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país. São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações. (CARNEIRO, 2003, p.118)

Os anos de 1970 apresentaram significativas mudanças nas demandas do movimento feminista com relações às reivindicações de 1910. Nesta fase, explicita-se sua prática política e o pensamento crítico das relações de gênero e sociais, e a defesa da construção de uma sociedade igualitária e democrática, agenda que apesar das resistências sociais, foi impulsionada quando a Organização das Nações Unidas-ONU instituiu o ano de 1975 como o

Ano Internacional da Mulher, e os anos de 1975 a 1985 como a Década da Mulher em todo o mundo.

O feminismo, que já na década de 1960 constituía um ator social relevante na Europa e nos Estados Unidos, surge no Brasil, enquanto movimento social e proposta política, a partir de 1975, expandindo o debate público sobre poder, igualdade e democracia. Para as mulheres que integraram as primeiras filas deste movimento, reunindo-se em grupos e coletivos, fundando centros e associações, lançando jornais, o conceito de democracia incorporava também as esferas da família, do trabalho, da educação, da violência e da saúde, indo além da esfera dos direitos civis e políticos. Suas bases organizacionais assentavam-se na solidariedade entre mulheres que projetavam uma identidade coletiva comum. O feminismo questionava os alicerces culturais nos quais se assentava a desvalorização do feminino, expressa em leis, em práticas, em linguagens simbólicas e chamava atenção para o fato de que, ao longo da nossa história, a hierarquia e a desigualdade permearam as relações de gênero, constituindo um elemento fundamental na organização do poder e nos sistemas de valores que alicerçavam os conceitos de masculino e de feminino em nossa sociedade. Neste sentido, a agenda feminista era diversa da de outras formas de participação feminina em movimentos pela paz, pela anistia, em clubes de mães e em associações de bairro, em lutas contra a carestia. (PITANGUY, 2002, p.4)

Portanto, é possível afirmar que o movimento de mulheres, que se organizava principalmente na periferia das principais cidades brasileiras, não incluía em sua agenda as pautas específicas do feminismo: a denúncia do machismo, o direito à igualdade e o combate à subalternidade, a autonomia e os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. As feministas e principalmente as diversas organizações feministas não governamentais, que emergiram em número considerável a partir dos anos 1980, compreendem o movimento feminista como uma prática política, que a partir de um pensamento autônomo e crítico, interpela os movimentos sociais, assim como os movimentos de mulheres, sobre a defesa e a promoção da participação das mulheres, seus direitos e acessos à igualdade, justiça e autodeterminação; assim como no enfrentamento e denúncias de discriminações, violências em relação à raça, identidade sexual e demais desigualdades. São questionamentos direcionados ao conjunto dos movimentos sociais porque as diversas agendas do movimento feminista não são inteiramente incorporadas no campo dos direitos humanos. As feministas compreendem sua ação como um movimento por direitos humanos, que possui uma ação diferenciada e autônoma, vinculada à crítica da sociedade capitalista e suas novas configurações, não estando, contudo, sua atuação subordinada às lutas realizadas pelos e nos diversos espaços políticos e sociais.

A ação política e a agenda do movimento feminista tencionam as estruturas sociais, a partir da crítica das relações de gênero, que se inscrevem no campo do imaginário e nas estruturas institucionais, informando principalmente sobre a discriminação da mulher no

mercado de trabalho, na educação, a questão da violência doméstica, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, além da necessidade de ampliação da participação política. Pitanguy (2002) afirma que essa atuação foi realizada de maneira estratégica,

Assim é que, em seus primeiros anos, mais especificamente entre 1975-1979, as mulheres, organizadas em grupos, coletivos, associações, buscaram interlocução com sindicatos e universidades, organizaram manifestações, congressos e debates, alcançando um relativo espaço na imprensa e dando visibilidade a suas reivindicações. Os primeiros passos das feministas foram, portanto, no sentido de estabelecer uma presença pública no país, alcançar legitimidade para sua pauta de reivindicações, ampliar sua base de militância introduzindo-se em outros espaços organizacionais como sindicatos, associações e universidades, refutando, ao mesmo tempo, críticas de alguns setores que viam neste movimento uma ameaça à unidade da oposição organizada então em uma frente única. (PITANGUY, 2002, p.5)

As feministas, diferentemente de outros sujeitos de movimentos sociais, conseguiram a inserção e a disseminação de muitas de suas ideias e reivindicações em diversas estruturas sociais, como na academia, nos sindicatos e em diversas associações. A presença de feministas na produção do conhecimento científico é um aspecto relevante no movimento feminista, que o consolidou como um ator político qualificado e capaz de fazer a disputa ideológica.

Esta característica das feministas, na sua maioria brancas, foi problematizada por Carneiro (2005) em comparação com a dificuldade de inserção e capilaridade das pautas e reivindicações do movimento negro brasileiro, e a maneira diferenciada que feministas negras e brancas tiveram para se inserir como sujeitos autônomos e políticos. Sobre a produção teórica feminista, enfatiza que a constituição do termo gênero se refere, no saber acadêmico, às questões relacionadas às mulheres e construído por feministas, significando para estas

[...] a autoridade da fala ou da prática discursiva feminista, diferente do que ocorre com o saber produzido sobre o negro, saber esse que se construiu a maior parte do tempo desconectado do negro e de suas reivindicações, ainda que seja possível identificar em muitos os estudos a intenção de transformação das condições sociais produtoras de desigualdade social. (CARNEIRO, 2005, p.53)

Neste sentido, as detentoras das falas foram também as que mais se aproximaram do poder, desencadeando ações por políticas públicas de gênero, propondo mudanças em legislações discriminatórias, pressionando por ações afirmativas, entidades de defesa de direitos das mulheres, as delegacias especializadas, os abrigos para vítimas de violência, por programas de saúde sexual e reprodutiva e, mais recentemente, por sistemas de quotas nos partidos políticos, entre outros (PITANGUY, 2002).

Rodrigues (2004) destaca como importante no final dos anos 1970 a realização dos Encontros Feministas Nacionais, que configuraram espaços de reflexão feminista e de desenvolvimento de estratégias de incidência política para outras instâncias como sindicatos, partidos e movimentos comunitários, visando a incorporação das demandas do movimento feminista.

[...] marco fundamental na história dos movimentos de mulheres em todo o mundo foi o ano de 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Neste ano realizou-se a 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher, sendo declarada a Década da Mulher – 1975-84. Esta iniciativa significou o reconhecimento de que as mulheres vivenciavam situações de desigualdades e de discriminações e os Governos de todo o mundo assumiram o compromisso de adotar medidas visando mudar esta situação. No Brasil, as mulheres promoveram grandes debates e criaram os primeiros grupos feministas, em São Paulo e no Rio de Janeiro. (RODRIGUES, 2004, p.1)

Nos anos 1980, com as reivindicações por mudanças políticas no país, as feministas também pressionaram pela criação de instituições públicas voltadas para as questões de gênero. Conforme Pitanguy (2002) o movimento se propôs não só a fazer a interlocução com o governo, como também as feministas penetraram nos aparelhos do Estado através dos Conselhos da Condição Feminina, que surgiram primeiramente em São Paulo e Minas Gerais, e que posteriormente foram intensificados em outros estados.

Esta capacidade de interlocução com o outro vai constituir uma característica marcante do movimento de mulheres no Brasil, diferenciando-o de movimentos semelhantes de outros países, voltados fundamentalmente para o âmbito das relações interpessoais. Hoje este movimento de mulheres é reconhecido internacionalmente por sua experiência em advocacy e por sua capacidade de tecer estratégias consensuais entre as diversas organizações e redes que o compõe, fortalecendo sua posição na oposição ou na negociação frente ao Estado. (PITANGUY, 2002, p. 6)

O compromisso do feminismo brasileiro com a agenda internacional do feminismo sempre esteve presente, sendo que em 1981 feministas brasileiras integram as discussões dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, realizados inicialmente de dois em dois, depois de três em três anos, reunindo grupos, iniciativas e histórias dos diversos países (RODRIGUES, 2004).

Segundo Alvarez (2003), os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe tiveram especial importância, pois representaram um espaço crítico transnacional, onde as ativistas remodelavam e renegociavam identidades, discursos e práticas distintivas dos feminismos da região. Nestes encontros, realizavam-se balanços das ações feministas da América Latina e Caribe; diálogos e análises sobre as novas formas de opressão, bem como

para o avanço dos posicionamentos; e de identificação de denominadores comuns para a promoção de alianças dentro do movimento de mulheres latino-americanas e caribenhas.

“[...] os feminismos na região surgiram de uma grande diversidade de lutas políticas e localidades sociais, os Encontros permitiram que as militantes pudessem compartilhar suas diferentes perspectivas e construir significados políticos e culturais alternativos. Apesar de muitas vezes serem politicamente marginalizadas em seus países, as participantes dessas conversas regionais periódicas puderam se engajar com outras cujos feminismos emergem de condições sociopolíticas e heranças coloniais e neocoloniais análogas. Em uma região em que a Esquerda inicialmente via o feminismo como uma 'importação burguesa e imperialista' que dividia a luta de classes, e em que a Direita e a Igreja o denunciaram como uma afronta às normas culturais nacionais e aos valores da família cristã, nós argumentamos que os Encontros provaram ser arenas transnacionais fundamentais onde identidades e estratégias especificamente latino-americanas têm sido constituídas e contestadas.” (ALVAREZ, 2003, p.543)

Ainda na década de 1980, no Brasil, temos como resultado da ação política feminista, a criação, no ano de 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por meio da Lei nº 7.353, com caráter deliberativo e composição paritária. No mesmo ano, dá-se a criação da primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), em São Paulo. Em 1988, a Constituição Federal garantiu a igualdade de direitos entre homens e mulheres e o estabelecimento de novos direitos como o planejamento familiar, a não discriminação de filhos havidos fora do casamento, o reconhecimento da união estável, além de creches, ampliação da licença maternidade e a criação da licença paternidade entre outros (RODRIGUES, 2004).

A Constituição Federal de 1988 também criminalizou a prática do racismo, resultado de um longo processo do movimento negro, que desde 1985 realizou encontros e discussões sobre estratégias que permitiriam que o racismo fosse considerado central na formulação democrática do país. Esta mobilização foi necessária, pois dar visibilidade ao racismo desagradava grupos conservadores e setores progressistas que discutiam a democratização do país. O mito da democracia racial apresentava-se como coeso nas distintas forças políticas da época (RODRIGUES, 2005).

A ação política feminista também atuou no âmbito da representação política, com o objetivo de ampliar a participação das mulheres no sistema parlamentar. No ano de 1995 foi aprovada lei de cotas no sistema eleitoral em nível municipal, e em 1997 essa medida foi contemplada em todas as eleições proporcionais, estabelecendo a reserva de o mínimo 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo. Outro destaque dos anos 1990 é a participação ativa das feministas brasileiras (de todas as expressões do feminismo nacional)

no movimento internacional feminista, com atuação marcante nas Conferências Internacionais das Nações Unidas. Os preparativos para essas conferências fortaleceram os movimentos feministas e suas articulações em todo o mundo.

A atuação política do movimento feminista resultou em incidências nas agendas internacionais de direitos humanos, promovidas pelas Nações Unidas. Na Conferência de Viena, em 1993, sua Declaração e Programa de Ação afirmam a igualdade de estatuto e os direitos humanos das mulheres, superando as fronteiras entre o espaço público e a esfera privada, configurando os abusos como estupro e a violência doméstica como crimes contra os direitos da pessoa humana. No campo da educação, esta Conferência recomendou o desenvolvimento de programas e estratégias que assegurassem uma educação abrangente, a divulgação de informações sobre as necessidades das mulheres no campo dos direitos humanos. Esta atuação resultou na ampliação da compreensão de que os direitos humanos são direitos das mulheres e que os direitos das mulheres são direitos humanos.

Ainda no âmbito internacional, a redução das diferenças de gênero na área educacional e o maior acesso das mulheres à educação foram objetivos explícitos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo-1994), capítulo IV; da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing), objetivos estratégicos 69 à 88 (ONU, 1995); Declaração de Dakar-Fórum Mundial de Educação, art.7-9 (UNESCO, 2000) e da Declaração do Milênio das Nações Unidas-art.19 (ONU, 2000).

A 3ª Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban/África do Sul, em 2001, representou um momento de avanços e conquistas para as mulheres, particularmente para homens e mulheres negras, que realizaram grande mobilização para participação e incidência na Conferências, com destaque para a atuação das organizações de mulheres negras, que aprofundaram suas articulações e alianças com diversos movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas.

A III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. Entre as diferentes iniciativas desenvolvidas, destaca-se a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país [...]. (CARNEIRO, 2002, p.210)

Conforme a autora, as mulheres negras compunham a maioria da delegação brasileira, e contribuíram com as formulações de propostas em diversos âmbitos, participação que também incidiu na aprovação de parágrafos decisivos para a população negra. Além disso, o momento permitiu ainda o estreitamento de parcerias e cooperações com outras organizações feministas, que potencializaram a problemática específica das mulheres negras no contexto de Durban. Carneiro (2002) destaca as ações e articulações realizadas na Conferência de Durban,

Sob muitos aspectos, poderíamos, sem exagero, falar na batalha de Durban. Nela aflorou, em toda a sua extensão, a problemática étnico-racial no plano internacional, levando a quase impossibilidade de alcançar um consenso mínimo entre as nações para enfrentá-la. O que parecia retórica de ativista anti-racista, se manifestou em Durban como de fato é: as questões étnicas, raciais, culturais e religiosas, e todos os problemas nos quais elas se desdobram - racismo, discriminação racial, xenofobia, exclusão e marginalização social de grandes contingentes humanos considerados 'diferentes' - tem potencial para polarizar o mundo contemporâneo. Podem opor Norte e Sul, Ocidente e não-Ocidente, brancos e não-brancos, além de serem responsáveis, em grande medida, pelas contradições internas da maioria dos países. Essa carga explosiva esteve presente até os últimos momentos da Conferência, ameaçando a aprovação de seu documento final e a permanência nela de diversos países. [...] A III Conferência reconhece a problemática específica das mulheres afrodescendentes e as múltiplas formas de discriminação que enfrentam. O parágrafo 9 do Plano de Ação pede aos Estados que "reforcem medidas e políticas a favor das mulheres e jovens afrodescendentes, tendo presente que o racismo os afeta mais profundamente, colocando-os em situação de maior marginalização e desvantagens". E o parágrafo 10 insta os Estados a "garantirem aos povos africanos e afrodescendentes, em particular a mulheres e crianças, o acesso à educação e às novas tecnologias, oferecendo-lhes recursos suficientes nos estabelecimentos educacionais e nos programas de desenvolvimento tecnológico e de aprendizagem à distância nas comunidades locais, e os insta também a que façam o necessário para que os programas de estudos em todos os níveis incluam o ensino cabal e exato da história e da contribuição dos povos africanos". (CARNEIRO, 2002, p.211)

A participação de feministas brasileiras nas várias conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas-ONU, que atuaram para que suas recomendações contemplassem ações para a eliminação das discriminações contra as mulheres em todos os campos de atividade, contribuíram efetivamente para as diversas ações de promoção de igualdade de gênero na esfera governamental brasileira. Destaque importante foi a criação, no ano de 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM, que tem por objetivos estabelecer políticas públicas que contribuam para a melhoria das condições de vida de todas as mulheres brasileiras, o enfrentamento das discriminações raciais, sexuais, étnicas e por deficiência. No campo da educação, a SPM desenvolveu o programa Gênero e Diversidade na Escola, que oferece educação continuada a professores da educação básica nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.

No ano de 2002, durante a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em Brasília, o movimento feminista aprovou a Plataforma Política Feminista, um documento construído coletivamente nas 26 conferências estaduais, que mobilizaram 5 mil e 200 ativistas. Participaram da construção do documento mulheres de todas as regiões do país, negras, indígenas, brancas, lésbicas, das áreas urbanas e rurais, sindicalistas, quilombolas, jovens e da terceira idade, com deficiências, de diferentes vinculações religiosas e partidárias. O documento foi construído a partir de uma perspectiva feminista de questionamento da sociedade e de reflexão da atuação do movimento como sujeito político, tendo por perspectiva a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia, levando em consideração as especificidades locais e regionais, refletindo as especificidades e as estratégias de luta do feminismo brasileiro daquele momento, voltado para o reconhecimento das diferenças, a igualdade, a redistribuição de riquezas e a justiça social.

Dentre os diversos princípios do movimento feminista brasileiro refletidos no documento, destacamos: o reconhecimento da autonomia e da autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres; o comprometimento com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético; o reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres; o compromisso com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social; o reconhecimento do direito universal à educação, saúde e previdência; o compromisso com a luta pelo direito à terra e à moradia; o compromisso com a luta antirracista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica; o compromisso com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas; o compromisso com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays; o compromisso com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos; o reconhecimento do direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção; o reconhecimento do direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros; o reconhecimento da descriminalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública; e o reconhecimento de que cada pessoa tem direito as diversas modalidades de família; e o apoio às iniciativas de parceria civil registrada.

Para Carneiro (2003, p.127), a Plataforma Política Feminista representa

“[...] o coroamento de quase duas décadas de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo, da discriminação racial e das desigualdades de gênero e raça que eles geram. Tal concepção constitui-se em um dos eixos estruturais da luta das mulheres brasileiras. A Plataforma, ao incorporar esse princípio, sela um pacto de solidariedade e co-responsabilidade entre mulheres negras e brancas na luta pela superação das desigualdades de gênero e entre as mulheres no Brasil. Redefine os termos de uma verdadeira justiça social no Brasil.

A partir deste documento, o movimento feminista brasileiro se apresenta como um ator político que reconhece as hierarquias e as desigualdades presentes na sociedade brasileira e entre as mulheres, comprometendo-se com ações amplas e democráticas que possibilitem a construção de uma sociedade igualitária.

No ano de 2006 foi aprovada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que tornou crime a violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo um importante avanço no sentido de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e sua estrutura concebe a violência contra a mulher não só como um problema criminal, mas também social (CARNEIRO e PORTELLA, 2013), constituindo-se como um marco no cumprimento do direito à vida das mulheres.

Outro destaque histórico representa a eleição da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2010 para a Presidência da República do Brasil, e sua reeleição em 2014; são atos que se configuram como perspectivas de rompimento com um imaginário social sobre o lugar da mulher na sociedade, e que abrem possibilidades para muitas outras em um espaço considerado masculino.

Cabe ainda destaque o expressivo impacto do feminismo na inserção do tema no espaço acadêmico, onde uma epistemologia feminista se constituiu e se reafirma, ainda que se percebam as assimetrias de gênero e raça no âmbito da participação das mulheres na produção do conhecimento científico.

O feminismo teve, portanto, um profundo impacto na academia e na produção científica, abrindo campo para se estudarem as mulheres, o universo feminino, a cultura feminina, as relações entre os sexos/gêneros. E, ao mesmo tempo, foi ele mesmo lembrado e colocado como tema, como objeto histórico: suas origens, seus movimentos, suas líderes e mentoras, suas produções, seus temas e suas conquistas têm sido analisados pelas sociólogas e mais recentemente por algumas historiadoras. (RAGO, 1995/1996, p.17)

Neste sentido, as trajetórias do movimento feminista brasileiro apresentam períodos de maior expressão e outros de retração, com maior ou menor sustentabilidade, mas que inseriu questões como violência e discriminações das mulheres como questões de governabilidade (PITANGUY, 2002). A partir de formas de ação e de modos de organização diferenciados, e

de diferente condição social, étnico-racial, educacional, etária e localização geográfica, seus caminhos configuraram-se na ampliação de direitos individuais e sociais das mulheres, no campo da educação, saúde, segurança, trabalho, moradia, previdência social, direito à terra e o acesso aos direitos civis e políticos.

1.2 - Feminismo Negro

O termo feminismo negro foi incorporado ao discurso de feministas negras, pois remete à ação e concepção de feminismo a partir das reflexões baseadas no racismo, colocando em destaque a situação da mulher negra nas discussões do movimento feminista. De acordo com Carneiro (2003)

[...] um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2003, p.3)

Para Santos (2002, p.277), o racismo é um mecanismo de diferenciação que estabelece diferenças e separações entre os grupos humanos, sendo “[...] uma ideologia e, como tal, também foi concebido como uma estratégia de poder em acordo com as expectativas de parte de uma determinada sociedade.”

Os conceitos de raça e racismo devem ser compreendidos como construções ideológicas, cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial e exclusão, que tem se perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (GONZALEZ, 1982).

Compreendemos o conceito de raça como uma categoria socialmente construída, que é empregada para informar como determinadas características físicas (cor da pele, textura de cabelos, formato de lábios e nariz) e manifestações culturais influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. A noção de raça, que ainda permeia o imaginário social brasileiro, tem sido utilizada para excluir ou alocar indivíduos em determinadas posições na estrutura social e também para deixá-los viver ou morrer.

[...] raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial. Os conceitos de *apartheid* social, a supremacia do conceito de classe sobre os demais – como pretendem os pensadores de esquerda, herdeiros do materialismo histórico dialético – são conceitos que não alcançam, e, ao contrário, invisibilizam ou

mascam a contradição racial presente nas sociedades multirraciais, posto que nelas raça/cor/etnia e, em especial para o Brasil, são variáveis que impactam a própria estrutura de classes. Disso decorre que a essência do racismo, enquanto pseudo-ciência, foi buscar legitimar, no plano das ideias, uma prática, e uma política, sobre os povos não-brancos e de produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentabilidade para o conceito de raça. (CARNEIRO, 2005, p.29)

A raça, e conseqüentemente a cor, são atributos de classificação e de explicação das diferenças sociais, naturalizando a vida social, possibilitando a permanência e a reprodução do racismo enquanto modo de dominação e exploração. Conforme afirmação de Bento (2002, p.148) “[...] numa sociedade racializada, ser branco sempre faz diferença. Dito de outra maneira, negros nas mesmas condições que brancos, não costumam ter as mesmas oportunidades, os mesmos tratamentos.” A branquitude⁵ institui privilégios concretos e simbólicos.

Santos (2002) destaca a representação que negros e brancos ocupam na humanidade, como seus lugares estão categorizados de maneira positiva ou negativa em função da cor da pele,

Luz e sombra: opostos. Se o branco representa a razão, o belo, o bom, o justo... a humanidade, ou seja, simboliza os valores desejáveis, o negro, por sua vez, pode representar a desrazão, a loucura (a bilis negra que obscurece), o feio, o injusto, a animalidade. Ou, de uma forma mais radical, o negro pode simbolizar o estranho. Esse veio conduz a pensar a oposição branco/negro como a tradução mais acabada de sentimentos profundos gerados pela capacidade e pela incapacidade de simbolizar. (SANTOS, 2002, p.280)

O racismo expressa-se no Brasil a partir das representações construídas sobre o negro durante o período colonial, que justificaram a constituição de senhores e escravos (CARNEIRO, 2005), sendo a raça um demarcador para o valor de cada agrupamento humano na sociedade brasileira, estruturando-a e reproduzindo processos de exclusão e desumanização da população negra, recaindo de forma mais violenta sobre as mulheres negras.

As assimetrias raciais colocam as mulheres negras em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais. Segundo pesquisa realizada pelo IPEA (2013), no ano de 2009, famílias que se declararam chefiadas por mulheres negras eram 51,1%;

⁵ O termo diz respeito à construção do branco como ideal de raça e representação da humanidade, em detrimento dos demais grupos raciais.

mulheres negras recebiam 51,1% do rendimento das mulheres brancas; de cada cem mulheres negras chefes de família, onze estavam desempregadas, entre as brancas eram sete.

A incompreensão das especificidades das mulheres negras e a pouca relevância do racismo nas pautas e reflexões do feminismo, resultaram na organização específica das mulheres negras.

Devemos pensar em movimento de mulheres negras a partir das revoltas, nos quilombos, nos terreiros, nas rodas de samba e de capoeira. De acordo com Leite (2008), no período pré-Abolição, mulheres negras tiveram papéis relevantes na difusão de informações e notícias de quilombo para quilombo, pois estavam em diversas frentes de trabalho, no leito, e eram as acompanhantes de “sinhazinhas”. Na pós-Abolição, são elas que garantem o sustento da família e mantêm a cultura de seu povo através do culto aos Orixás e do sincretismo religioso, com a representação de seus santos através da imagem dos santos da Igreja Católica. A autora também destaca a participação de mulheres negras nos primórdios do feminismo

Em 1920, a despeito do caráter pequeno burguês existente na Federação Brasileira do Progresso Feminino, a entidade trazia algumas afrodescendentes em suas fileiras. Almerinda Farias Gama, uma das militantes afrodescendentes que se destacou junto com Bertha Lutz, criando o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas e, posteriormente, abandonou a FBPF por achar que as mulheres que lá estavam eram da elite e não se preocupavam com os problemas das mulheres trabalhadoras. Na Bahia, em 1940, temos Maria Brandão, militante do PCB e, em 1934, tivemos a eleição de Antonieta de Barros, professora negra, filha de proletários de Santa Catarina. Nos idos dos anos 1950, viamos a primeira ação de classe ligada à mulher negra: o Conselho Nacional de Mulheres Negras, criado por domésticas, um exemplo, entre outras ações louváveis entre 1934 e 1950. (LEITE, 2008, p.14-15)

Mulheres negras também integraram diversas associações, grêmios e clubes⁶ negros surgidos no início do período republicano, sendo estritamente de mulheres negras a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas (DOMINGUES, 2007a).

⁶ Segundo Domingues (2003), que compreende essas entidades como a representação da primeira fase do Movimento Negro Brasileiro, elas possuíam caráter eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, e instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, destacando: em São Paulo, Clube 28 de Setembro (1897), o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), Centro Literário dos Homens de Cor (1903), Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), Centro Cultural Henrique Dias (1908), Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (1908), Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917), Centro Cívico Palmares (1926); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).

Mulheres negras integravam e desempenhavam diversas ações na Frente Negra Brasileira-FNB (1931), como a Cruzada Feminina, que mobilizava mulheres negras para trabalhos assistencialistas, e as Rosas Negras, que organizava bailes e festivais artísticos. (Idem, 2007a). Contudo “[...] eram subalternizadas na entidade e alijadas dos cargos das instâncias decisórias, os quais eram monopolizados pelos homens. Nenhuma das fretenegrinas, por exemplo, compôs o “Grande Conselho” (instância máxima da FNB) [...]” (Idem, 2007b, p.358).

Carvalho e Rocha (2011) destacam a participação de mulheres negras em cargos de comando da União dos Homens de Cor, uma organização que atuou no período 1940-1950; no Teatro Experimental do Negro-TEN⁷ (1940-1960), através da coluna Fala Mulher; e a fundação da Associação de Empregadas Domésticas, em 1936, por Laudelina de Campos Mello, uma profissão exercida em sua maioria por mulheres negras.

O movimento feminista negro também deve ser compreendido a partir de sua autonomia em relação ao movimento negro, em razão da necessidade de especificar as contradições sociais que articuladas com o racismo, fazem com que as mulheres negras ocupem uma posição de desvantagem na sociedade. A demarcação da especificidade das mulheres negras não implicou no rompimento com o movimento negro pela compreensão de que o combate ao racismo é que realiza a confluência dos movimentos. Conforme Gomes (2011), o movimento negro está inserido na história dos movimentos sociais brasileiros, contudo de maneira diferenciada, pois

Ao emergir no cenário nacional e político destacando a especificidade da luta política contra o racismo, o movimento negro buscou na história a chave para compreender a realidade do povo negro brasileiro. Assim, a necessidade de negar a história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil são aspectos que distinguem o movimento negro dos demais movimentos sociais e populares da década de 70. (GOMES, 2011, p.136)

Este coletivo político denominado movimento negro, constituído por homens e mulheres negras em busca da transformação da sociedade brasileira, vivencia a crise interna oriunda da reprodução das desigualdades de gênero, situação que resulta na organização independente das mulheres negras, principalmente a partir dos anos de 1980. Ancoradas e

⁷ O TEN, que tinha em Abdias do Nascimento sua principal liderança, além de ser um espaço para atores negros e negras, fundou o jornal Quilombo; realizava cursos de alfabetização, corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; realizou concurso de artes plásticas; defendeu a criação de uma legislação antidiscriminatória no país.

comprometidas com a luta antirracista e o anti-sexismo, as feministas negras inserem no movimento negro as reflexões e necessidades de comprometimento com as questões de gênero, e no movimento feminista, as desigualdades e vantagens ou desvantagens auferidas a partir do pertencimento racial.

Portanto, a partir de uma dupla militância – movimento feminista e movimento negro – feministas negras denunciaram o racismo, os privilégios que usufruíam as mulheres não negras em decorrência da raça, a subalternidade social das mulheres negras e exigiram que suas especificidades fossem contempladas no movimento feminista.

Ao recuperar a trajetória política das mulheres negras, Ribeiro (2008) destaca como marcos importantes que definiram a identidade e os objetivos políticos das feministas negras, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em 1988 que delineou as formulações políticas e a agenda social para incidências nos âmbitos nacional e internacional; a realização do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, realizada na República Dominicana em 1992, momento em que foi criada a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas e definido o dia 25 de Julho como o Dia da Mulher Afro-latino-americanas e Caribenha, como formas de ampliar e fortalecer as organizações e a identidade das mulheres negras e na construção de estratégias para o enfrentamento do racismo e do sexismo.

No ano de 1993, ocorreu o primeiro evento nacional destinado a discutir questões voltadas à saúde reprodutiva das mulheres negras no Brasil - Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras - realizado na cidade de Itapeverica da Serra/SP, sendo um preparatório para a Conferência de Cairo/1994. O evento discutiu questões relacionadas a políticas públicas de saúde, a maternidade, a sexualidade e o controle de natalidade e tinha como objetivo avaliar em que medidas traduziam os interesses das mulheres negras; assim como estimular a participação das mulheres negras no processo que antecederia a Conferência Internacional do Cairo. O seminário finalizou com a *Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras*, com destaques para questões como a saúde física e mental da mulher negra, avaliações sobre o papel do próprio Movimento de Mulheres Negras e destaca a necessidade de definições de caminhos e estratégias de atuação do movimento.

De acordo com Carneiro (2003), o racismo ao atuar como elemento que inferioriza as mulheres negras, promove a divisão na luta entre as mulheres, pois institui privilégios para as

mulheres brancas, sendo a atuação das mulheres negras contra a opressão de gênero e raça uma ação política que enriquece o feminismo, assim como as discussões sobre igualdade na sociedade brasileira.

Gonzalez (1984) ao refletir sobre a condição desfavorável da população negra e da mulher negra brasileira nos anos 1980, no mercado de trabalho e os rendimentos por ela auferidos, questiona o compromisso do movimento feminista com a situação da mulher negra e afirma

[...] se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favoreceram “a mulher”, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela *grande excluída* da modernização conservadora imposta pelos donos do poder do Brasil pós-64: a mulher negra. É por aí que se entende, por exemplo, uma das contradições do movimento de mulheres no Brasil. (GONZALEZ, 1984, p.6)

No caso das mulheres negras, os marcadores fenótipos que informaram sua ascendência africana e justificaram sua subalternidade, também foram os construtores de uma identidade - mulheres negras - que organizadas em movimento denunciaram os mecanismos de exclusão operados por meio do racismo e do sexismo, que coisificaram as mulheres negras. Conforme hooks (1995, p.468)

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de perpetuação da representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina “natural”, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva.

Portanto, as feministas negras desafiaram o feminismo a refletir sobre as combinações das variáveis raça e classe para a desconstrução de imaginários a respeito do papel, da forma e das diferenças entre as mulheres, que se encontram naturalizadas na sociedade e tornam-se barreiras intransponíveis.

a variável racial produziu gêneros subalternizados, que diferem daquelas construções sociais relativas a homens brancos e a mulheres brancas. O racismo é um fator de subvalorização dos gêneros, colocando em patamares sociais diferentes negros, negras e os grupos racialmente dominantes. No caso das mulheres, essa combinação faz que os padrões sociais e estéticos das mulheres brancas – e com mais poder aquisitivo – sejam explorados, valorizados e propagados, operando de forma a excluir os gêneros subalternos. (CARNEIRO, 2003, p.3)

Por compreender que o racismo não impacta negativamente somente na vida de mulheres negras, mas de mulheres indígenas igualmente, no ano de 2004, durante a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília, mulheres negras e indígenas

selaram uma Aliança de Parentesco, ou seja, uma aliança política na busca conjunta de superação das desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais e de poder e também para a conquista da igualdade de oportunidades para mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira. Apesar da ousadia política e do ineditismo da ação, as políticas públicas têm sido insuficientes para enfrentar as desigualdades étnico-raciais, e o movimento feminista incapaz de atuar prioritariamente para a efetivação das reivindicações destas populações.

A concepção eurocêntrica e universalizante do feminismo sempre esteve no centro das tensões do movimento feminista. Além das especificidades das mulheres negras, outras dimensões da opressão das mulheres na sociedade tomaram expressão no movimento, o que exigiu a reelaboração de seu discurso e das práticas políticas do feminismo. Gonzalez (1984) destacou a maneira como as mulheres negras estiveram praticamente excluídas dos textos e dos discursos do movimento feminista, que abordavam as relações da dominação sexual, social e econômica da mulher, sem destacar o importante papel representado pela opressão racial. Na análise sobre a relação das feministas negras com as não negras destaca que,

“[...] nossas experiências com o Movimento de Mulheres, caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não-feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em contas nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão da exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar; afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado, permitiu a “liberação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher”. Se denunciávamos a violência policial contra os homens negros, ouvíamos como resposta que violência era aquela da repressão contra os heróis da luta contra a ditadura (como se a repressão, tanto num quanto noutro caso, não fizesse parte da estrutura do mesmo estado policial-militar). Todavia, não deixamos de encontrar solidariedade da parte de setores mais avançados do Movimento de Mulheres, que demonstraram interesse em não só divulgar nossas lutas como em colaborar conosco em outros níveis.” (GONZALEZ, 1984, p.9-10)

Para Piscitelli (2008), a relação do pensamento feminista com outros marcadores de diferenças sempre foi tensa, pois algumas correntes teóricas consideravam que a visibilidade de ‘questões específicas’ poderiam debilitar o pressuposto relevante calcado na identidade entre as mulheres.

Os escritos críticos de finais da década de 1980 tendem a reconhecer essas diferenças. Entretanto, esse reconhecimento nem sempre se expressou no plano analítico e, quando ele existiu, muitas vezes privilegiou uma única diferença articulada a gênero. Algumas das autoras que se envolveram nas reformulações críticas do conceito de gênero enunciaram a importância de considerar conjuntamente classe, raça e gênero. Entretanto, elas continuaram privilegiando a categoria gênero. (PISCITELLI, 2008, p.265)

Portanto, o feminismo negro diz respeito a um grupo de mulheres, que ao longo da história até os dias atuais, constrói e reconstrói estratégias de luta e resistência para a afirmação e reivindicação de sua identidade e especificidades, alimentados por valores, princípios e cosmovisão, organizados a partir de referenciais negro-africanos (CARDOSO, 2012). O desafio de inscrever a questão racial como um aporte necessário para a luta feminista é que justificou a constituição do feminismo negro que se configura como um arcabouço teórico e prática política.

1.3 - ONGs Feministas

Outro destaque relevante da atuação do movimento feminista no Brasil foi sua institucionalização em Organizações Não Governamentais (ONGs), que se estruturaram principalmente através do financiamento de agências internacionais de cooperação e do Estado, permitindo ao movimento a profissionalização e a realização de ações programáticas, muitas de longo prazo, que foram fundamentais para o planejamento de ações, projetos e para a incorporação de suas agendas pelo poder público.

Novellino (2006) demarca o surgimento das ONGs como *feminismo institucional*, pois organizou as ativistas feministas em várias e diferentes ONGs⁸. A autora realizou o mapeamento das organizações feministas constituídas no ano de 2006, e revelou que existiam 35 ONGs. Destas, somente 7 não recebiam apoio financeiro de agências internacionais de cooperação, sendo as principais financiadoras a Fundação Ford e a Fundação MacArthur, além de outras agências financiadoras europeias. As primeiras ONGs feministas foram

⁸ A autora relaciona a fundação das seguintes ONGs: em 1980 no Recife/PE a Casa da Mulher do Nordeste, e em São Paulo a *Rede Mulher de Educação*; em 1981 o *SOS Corpo*, Recife/PE; na mesma cidade e estado foi criada, em 1984, o *Centro das Mulheres do Cabo*; em São Paulo, em 1985, foi criado o *Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde*; em 1987 foram criados o *Grupo Transas do Corpo- Ações Educativas em Saúde e Sexualidade*, na região Centro-Oeste, e a *Rede de Desenvolvimento Humano* (REDEH) no Rio de Janeiro; em 1988 foi criada *Geledés- Instituto da Mulher Negra em São Paulo*; em 1989 foram criadas três ONGs - uma no interior do estado do Rio de Janeiro, o *Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural* (SER MULHER); em Brasília o *Centro Feminista de Estudos e Assessoria* (CFEMEA); e *Comunicação, Educação e Informação em Gênero* (CEMINA); em 1990 a *Casa da Cultura da Mulher Negra*, no estado de São Paulo, e a *Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação* (CEPIA) no Rio de Janeiro; em 1991 foi criado em São Paulo o *Serviço à Mulher Marginalizada*; em 1992 a *Criola*, no Rio de Janeiro; em 1993 foi criado em São Paulo o capítulo brasileiro das *Católicas pelo Direito de Decidir*; em 1993 *Themis-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero*, no Rio Grande do Sul; em 1997 a *Casa da Mulher Trabalhadora* (CAMTRA) no Rio de Janeiro, e em São Paulo *Fala Preta!*; 1998 foi criada a *Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento* (AGENDE), em Brasília/ DF; em 1999, a *Anis-Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero*, também em Brasília.